Maxi educa

VALENÇA-RJ

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA - RIO DE JANEIRO

PROFESSOR IV
EDUCAÇÃO FÍSICA

- APOSTILA COMPLETA
- MATERIAL PARA DOWNLOAD
- TEORIA E QUESTÕES



EDITAL Nº 001, DE 31 DE AGOSTO DE 2026

AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da APROVAÇÃO.

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação: https://www.maxieduca.com.br

Maxi educa

SUMÁRIO

Prefeitura de Valença - RJ

Professor IV – Educação Física

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados 1
Reconhecimento de tipos e gêneros textuais 6
Domínio da ortografia oficial 14
Domínio dos mecanismos de coesão textual. 22
Emprego de elementos de referenciação, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual 26
Emprego de tempos e modos verbais 27
Domínio da estrutura morfossintática do período. Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração. Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração. Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto 30
Emprego das classes de palavras 36
Emprego dos sinais de pontuação 47
Concordância verbal e nominal 52
Regência verbal e nominal 58
Emprego do sinal indicativo de crase 65
Colocação dos pronomes átonos 69
Reescrita de frases e parágrafos do texto. Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade 71
Significação das palavras 73
Substituição de palavras ou de trechos de texto 78
Figuras de linguagem 78
QUESTÕES 84
GABARITO 93

LEGISLAÇÃO

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, especialmente o Capítulo da Educação 1
Lei Federal nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) 6
Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), nos dispositivos pertinentes à educação 39

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

SUMÁRIO

Lei Orgânica do Município de Valença, nos dispositivos pertinentes à Administração Pública e à Educação 40
Lei Municipal nº 3.887/2026 51
Lei Delegada nº 39/2025 52
Lei Municipal nº 3.803/2025. 54
Lei Municipal nº 2.932/2016 55
Lei Municipal nº 2.869/2015 55
Lei Complementar Municipal nº 28/1999 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), e alterações vigentes 56
Base Nacional Comum Curricular (BNCC) 92
Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica 157
QUESTÕES 171
GABARITO 176

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Legislação e normas nacionais aplicáveis à educação especial e inclusiva. Declaração de Salamanca (1994) 1
Fundamentos, princípios e políticas da educação especial na perspectiva da educação inclusivA. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) 14
Resolução CNE/CEB nº 4/2009 21
Lei nº 12.764/2012 (Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista) 24
Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência): direito à educação 27
Atendimento Educacional Especializado (AEE): princípios, objetivos, organização e práticas pedagógicas 29
Planejamento, adequações curriculares, acessibilidade e estratégias pedagógicas inclusivas 35
Tecnologias assistivas e recursos de acessibilidade aplicados à educação 40
Papel do professor na educação especial e inclusiva e na promoção da participação e da aprendizagem 45
Práticas pedagógicas voltadas aos estudantes com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e altas habilidades/superdotação 50
Diversidade, equidade, direitos humanos e enfrentamento ao capacitismo no ambiente escolar 55
Educação de Jovens e Adultos na perspectiva inclusiva 60
Educação para as relações étnico-raciais e educação em direitos humanos: Resolução CNE/CP nº 1/2012 65

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

SUMÁRIO

Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ). 67

Legislação municipal de Valença pertinente à inclusão, ao serviço público e à educação, especialmente a Lei Municipal nº 3.803/2025, a Lei Municipal nº 3.887/2026, a Lei Delegada nº 39/2025 e a Lei Complementar Municipal nº 28/1999. 72

QUESTÕES 72

GABARITO 77

TEMAS EDUCACIONAIS E PEDAGÓGICOS

Planejamento e organização do trabalho pedagógico 1

Currículo e práticas pedagógicas 8

Didática e processos de ensino e de aprendizagem 11

Tendências pedagógicas e suas implicações na prática escolar 21

Relação professor-aluno e compromisso ético e social do professor 24

Objetivos, conteúdos, metodologias, estratégias e recursos de ensino. 37

Interdisciplinaridade e práticas integradoras 41

Avaliação da aprendizagem 45

Projeto político-pedagógico 47

Gestão democrática e participação da comunidade escolar 53

Educação integral e diversidade no contexto escolar 61

Educação de Jovens e Adultos 65

Educação ambiental 68

Tecnologias digitais da informação e comunicação aplicadas à educação 69

Políticas públicas e organização da Educação Básica 73

Questões 77

Gabarito 82

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Cultura Corporal e Fundamentos Pedagógicos: conceito de movimento humano como produção social e cultural 1

Abordagens e correntes pedagógicas da Educação Física, incluindo Desenvolvimentista, Crítico-Superadora, Crítico-Emancipatória e Saúde Renovada 5

Dimensões do conhecimento e unidades temáticas da Educação Física propostas pela BNCC para os anos finais do Ensino Fundamental 11

Jogos, Brincadeiras e Esportes: diferenças entre jogo, esporte e brincadeira; jogos populares, cooperativos e de matrizes indígena e africana 16

SUMÁRIO

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

SUMÁRIO

Classificação dos esportes segundo a BNCC: marca, precisão, invasão, técnico-combinatórios, rede/parede, campo e taco e combate; esporte educacional e esporte de rendimento; relações entre esporte, mídia e consumo; doping **21**

Ginásticas e Danças: Ginástica Geral, Ginástica de Condicionamento Físico e Ginástica de Conscientização Corporal; práticas corporais como ioga e pilates; danças e expressão corporal; ritmos urbanos, danças de salão, manifestações folclóricas e danças de matrizes indígena e africana **26**

Lutas, Práticas Corporais de Aventura e Saúde: distinção entre luta e violência; lutas de diferentes contextos culturais, incluindo manifestações de matrizes indígena e africana e a capoeira; práticas corporais de aventura urbanas e na natureza, incluindo skate e parkour; risco controlado e sustentabilidade; relações entre atividade física e saúde; sedentarismo e obesidade; gasto energético e aptidão física **31**

Inclusão, Diversidade e Equidade: adaptação de regras, espaços e materiais para a participação de estudantes com deficiência; respeito às diferenças e superação de preconceitos; práticas pedagógicas inclusivas e coeducativas; relações entre corpo, identidade, diversidade étnico-racial e cultura; padrões de beleza e influência da mídia..... **36**

Planejamento e avaliação **41**

BNCC **45**

Segurança e ética profissional **46**

Práticas pedagógicas **51**

Questões **55**

Gabarito..... **61**

SUMÁRIO

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Língua Portuguesa

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

Conceito de Compreensão

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita , ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema , os fatos e os argumentos centrais.

A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais , que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

- **Vocabulário :** O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.
- **Sintaxe:** A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.
- **Coesão e coerência:** são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textosnão-verbais , que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.

A compreensão desses textos exige uma leitura visual aguçada, na qual o observador decodifica os elementos presentes, como:

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

(...)

CAPÍTULO III

DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO

SEÇÃO I

DA EDUCAÇÃO

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (Vide Lei nº 14.817, de 2024)

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade.

VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

IX - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

§ 1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se às instituições de pesquisa científica e tecnológica. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009) (Vide Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Declaração De Salamanca

Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais

Reconvocando as várias declarações das Nações Unidas que culminaram no documento das Nações Unidas “Regras Padrões sobre Equalização de Oportunidades para Pessoas com Deficiências”, o qual demanda que os Estados assegurem que a educação de pessoas com deficiências seja parte integrante do sistema educacional.

Notando com satisfação um incremento no envolvimento de governos, grupos de advocacia, comunidades e pais, e em particular de organizações de pessoas com deficiências, na busca pela melhoria do acesso à educação para a maioria daqueles cujas necessidades especiais ainda se encontram desprovidas; e reconhecendo como evidência para tal envolvimento a participação ativa do alto nível de representantes e de vários governos, agências especializadas, e organizações inter-governamentais naquela Conferência Mundial.

1. Nós, os delegados da Conferência Mundial de Educação Especial, representando 88 governos e 25 organizações internacionais em assembléia aqui em Salamanca, Espanha, entre 7 e 10 de junho de 1994, reafirmamos o nosso compromisso para com a Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e urgência do providenciamento de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino e re-endossamos a Estrutura de Ação em Educação Especial, em que, pelo espírito de cujas provisões e recomendações governo e organizações sejam guiados.

2. Acreditamos e Proclamamos que:

▪ toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem,

▪ toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas,

▪ sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades,

▪ aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades,

▪ escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional.

3. Nós congregamos todos os governos e demandamos que eles:

▪ atribuam a mais alta prioridade política e financeira ao aprimoramento de seus sistemas educacionais no sentido de se tornarem aptos a incluírem todas as crianças, independentemente de suas diferenças ou dificuldades individuais.

▪ adotem o princípio de educação inclusiva em forma de lei ou de política, matriculando todas as crianças em escolas regulares, a menos que existam fortes razões para agir de outra forma.

▪ desenvolvam projetos de demonstração e encorajem intercâmbios em países que possuam experiências de escolarização inclusiva.

▪ estabeleçam mecanismos participatórios e descentralizados para planejamento, revisão e avaliação de provisão educacional para crianças e adultos com necessidades educacionais especiais.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Temas Educacionais e Pedagógicos

A organização do trabalho pedagógico na escola é um elemento central para a garantia de um ambiente educacional que favoreça o aprendizado, a inclusão e o desenvolvimento integral dos estudantes. Nesse cenário, o pedagogo emerge como uma figura de liderança estratégica, atuando tanto como educador quanto mediador, desempenhando funções que envolvem desde o planejamento pedagógico até a resolução de conflitos e a promoção de um clima escolar harmonioso e democrático.

O pedagogo não se limita a realizar tarefas administrativas ou de suporte técnico; sua atuação envolve uma mediação ativa entre os diversos atores do ambiente escolar – alunos, professores, gestores e a comunidade. Através de seu papel mediador, o pedagogo auxilia na resolução de conflitos e na construção de um ambiente de diálogo e cooperação, fundamentais para o bom funcionamento da escola.

A importância da mediação pedagógica vai além da simples solução de problemas. Ela promove uma articulação mais profunda entre as práticas educacionais e as necessidades reais dos alunos e do corpo docente, contribuindo para uma educação que seja, ao mesmo tempo, inclusiva e de qualidade.

Organização do Trabalho Pedagógico na Escola

A organização do trabalho pedagógico na escola refere-se ao conjunto de práticas, decisões e ações que garantem a estruturação do processo educativo de forma eficiente e eficaz. Esse trabalho é responsável por alinhar as atividades escolares às diretrizes curriculares, aos objetivos institucionais e às necessidades da comunidade escolar.

O pedagogo desempenha um papel central nesse processo, articulando os diferentes componentes pedagógicos e assegurando a coesão entre as práticas educativas e os resultados esperados.

Elementos que Compõem a Organização do Trabalho Pedagógico

O trabalho pedagógico na escola é sustentado por diversos elementos interconectados que garantem a qualidade da educação. Entre os principais, destacam-se:

- **Currículo:** O currículo é o eixo estruturante do trabalho pedagógico, que define o conteúdo a ser ensinado, as habilidades a serem desenvolvidas e os valores a serem promovidos. Ele orienta o planejamento das atividades e o acompanhamento dos resultados.
- **Planejamento:** O planejamento pedagógico é essencial para organizar e antecipar as atividades que serão desenvolvidas ao longo do ano letivo. O pedagogo participa diretamente da elaboração do Projeto Político-Pedagógico (PPP), além de coordenar o plano de ensino dos professores, garantindo a integração das diversas áreas do conhecimento.
- **Avaliação:** O processo avaliativo é um instrumento central para a tomada de decisões no contexto escolar. Ele permite a reflexão sobre a prática pedagógica e os resultados alcançados, oferecendo subsídios para que o pedagogo e os professores ajustem suas estratégias de ensino, de acordo com o desenvolvimento dos alunos.
- **Formação Continuada:** O trabalho pedagógico não se esgota na execução de tarefas cotidianas. O pedagogo deve promover a formação continuada dos professores, facilitando momentos de estudo e reflexão sobre as práticas pedagógicas, integrando inovações educacionais e aprimorando as metodologias de ensino.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Movimento humano como linguagem social

Corpo biológico e corpo vivido

O movimento humano depende de estruturas orgânicas, capacidades físicas, coordenação neuromotora e condições ambientais, mas não se reduz a uma resposta mecânica do organismo. Quando uma pessoa corre, dança, cumprimenta alguém, ocupa determinado espaço ou participa de uma prática corporal, sua ação também comunica intenções, valores, pertencimentos e modos de relação. O corpo é vivido em situações concretas: aprende a mover-se em ambientes familiares, comunitários, escolares e profissionais, incorporando maneiras socialmente construídas de sentar, caminhar, celebrar, competir, cooperar e expressar emoções. Por isso, dois gestos fisicamente parecidos podem ter significados diferentes conforme o grupo, o momento e a finalidade. Considerar essa dimensão amplia o entendimento pedagógico da Educação Física, pois desloca o foco exclusivo da execução correta para a compreensão de como os sujeitos produzem sentidos por meio do corpo.

Gestos como formas de comunicação

Um gesto corporal pode funcionar como linguagem mesmo sem palavras. A postura diante de um adversário, a distância mantida em uma interação, o ritmo de uma caminhada coletiva ou uma comemoração esportiva são interpretados por quem participa do mesmo contexto cultural. Esses significados não são universais nem fixos. Um sinal usado para demonstrar amizade em um grupo pode ser desconhecido em outro; uma forma de comemorar pode ser aceita em certo ambiente e considerada desrespeitosa em outro. A leitura pedagógica do movimento precisa, portanto, observar tanto a ação visível quanto as convenções que a tornam compreensível. Um estudante que evita determinado gesto pode não apresentar falta de capacidade motora: pode estar respondendo a constrangimentos, valores familiares, experiências anteriores ou expectativas de gênero. A intervenção educativa ganha qualidade quando distingue limitação funcional, escolha pessoal e convenção social, sem transformar diferenças de repertório em déficits.

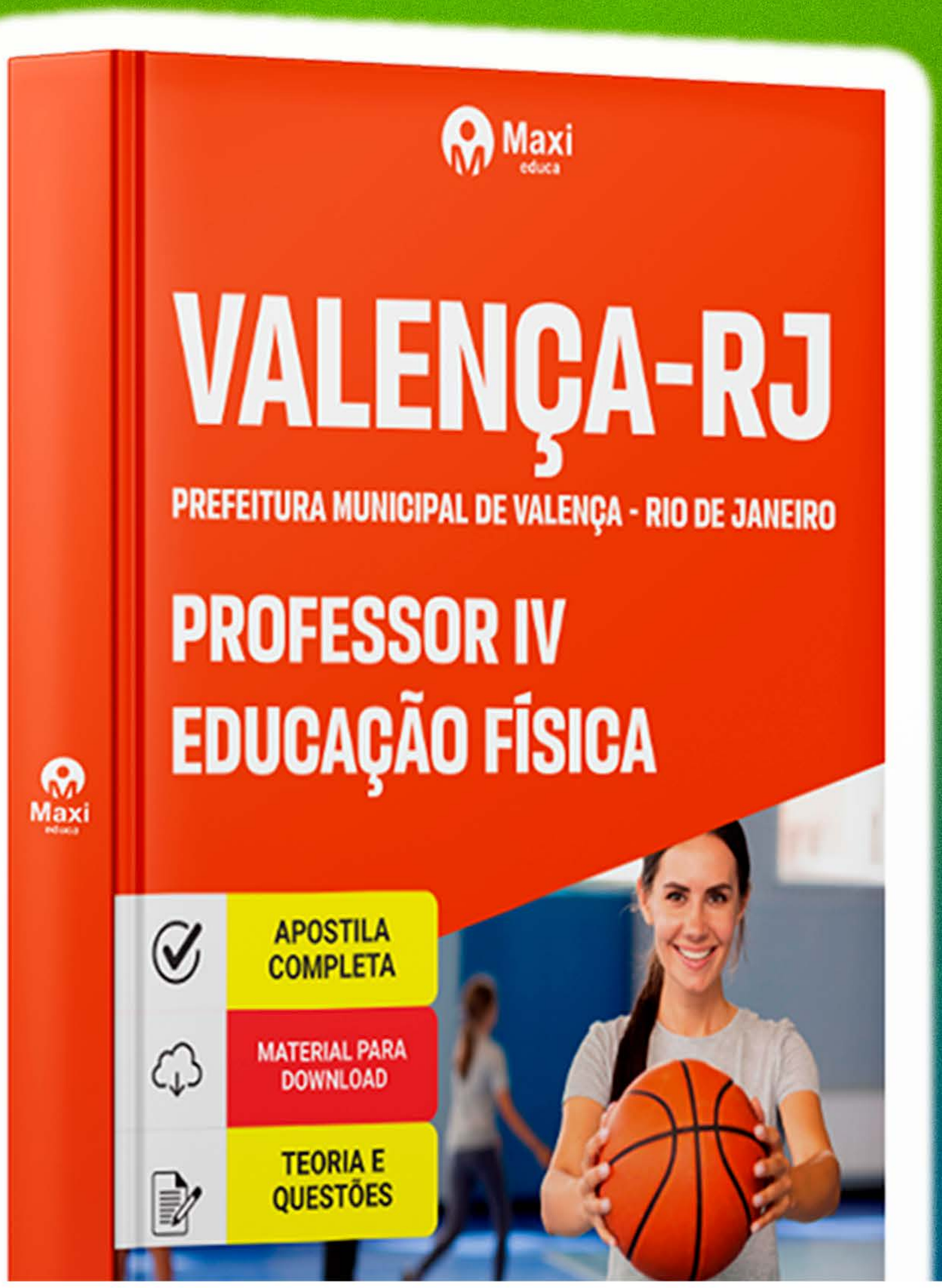
Historicidade dos modos de mover-se

As maneiras de usar o corpo mudam ao longo do tempo porque acompanham transformações tecnológicas, urbanas, econômicas e culturais. Modos de deslocamento, formas de lazer, brincadeiras, gestos profissionais e estilos de prática corporal se reorganizam quando mudam os espaços disponíveis, os equipamentos, os meios de comunicação e as relações sociais. A bicicleta, por exemplo, pode representar transporte cotidiano, lazer familiar, treinamento esportivo ou mobilidade urbana sustentável, dependendo do contexto em que é utilizada. Cada uso exige técnicas específicas e também conhecimentos sobre regras de convivência, segurança e ocupação do espaço. O movimento, assim, registra marcas históricas e sociais. Ele é aprendido, transformado e transmitido, não apenas executado por um organismo que responderia de forma idêntica em qualquer época ou sociedade.

Normas sociais sobre o corpo

Grupos sociais estabelecem expectativas sobre o que é considerado adequado, elegante, forte, delicado, disciplinado ou habilidoso. Essas expectativas influenciam roupas, gestos, modos de falar com o corpo e oportunidades de participação. Na escola, podem aparecer quando determinadas atividades são associadas indevidamente a meninos ou meninas, quando estudantes com maior desempenho monopolizam decisões ou quando um padrão corporal é tratado como referência de normalidade. A Educação Física pode tornar essas normas visíveis sem constranger indivíduos. O objetivo é compreender que muitos comportamentos corporais são produzidos por experiências e expectativas coletivas. Ao reconhecer essa origem social, torna-se possível ampliar repertórios e permitir que diferentes pessoas experimentem papéis, gestos e práticas que antes pareciam “não lhes pertencer”.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

A versão **COMPLETA** é o passo decisivo para você finalmente alcançar a aprovação e mudar sua vida. Ative agora seu DESCONTO ESPECIAL!

QUERO MINHA APROVAÇÃO!